

2018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

1. Informações Gerais

O Governo do Estado de Maranhão é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 06.354.468/0001-60, tendo a sua sede administrativa situada em São Luis, na av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Ed. Henrique de La Roque, Calhau.

As atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2018 estão amparadas pela Lei Estadual nº Lei 10.788 de 10 de janeiro de 2018 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2018.

As ações desenvolvidas pelo Estado no exercício financeiro de 2018 estão agrupadas nas seguintes funções de Governo previstas na Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 2009: **Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Indústria, Comércio e Serviços, Energia, Transportes, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais.**

As demonstrações contábeis do Ente foram elaboradas com base nos dados extraídos do SIAFEM e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado constantes no item 3 destas notas explicativas.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2018, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

2 - Relação das Empresas Controladas pelo Estado do Maranhão

São controladas diretamente pelo Governo do Maranhão aquelas empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes e não dependentes. No exercício de 2018, são elas:

- a) Empresa Estatal Dependente
 - EMARPH
- b) Empresas Estatais Independentes
 - EMAP
 - EMSERH
 - CAEMA

3 - Relação dos Órgãos e Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de Acordo com a Lei Orçamentária Anual de 2018

3.1 - Relação Nominal de Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados, Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo

LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa
Fundação Rádio e Televisão
Fundo Especial Legislativo
Tribunal de Contas do Estado
Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado
JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça
Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

Fundo Especial da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão

Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão

Fundo Especial de Segurança dos Magistrados

MINISTÉRIO PÚBLICO

Ministério Público

Fundo Especial do Ministério Público Estadual

DEFENSORIA

Defensoria Pública do Estado do Maranhão

Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública Estado

EXECUTIVO

Procuradoria Geral do Estado

Casa Civil

Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão

Comissão Central Permanente de Licitação

Secretaria de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos

Secretaria de Estado da Transparência e Controle

Secretaria de Estado do Governo

Agencia Est. Mobilidade Urbana Serv. Publicos

Agencia Exec. Metropol.do Sudoeste Maranhense



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca

Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão

Secretaria de Estado da Cultura e Turismo

Fundação da Memória Republicana Brasileira

Fundo de Desenvolvimento da Cultura Maranhense

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social

Fundo Estadual de Assistência Social

Secretaria de Estado da Fazenda

Fundo de Fortalecimento da Administração Tributária

Secretaria de Estado da Educação

Fundação Nice Lobão

Fundo Escola Digna

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Departamento Estadual de Trânsito

Fundo Especial de Segurança Pública

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

Fundo Especial do Meio Ambiente
Fundo Estadual de Unidades de Conservação
Secretaria de Estado da Saúde
Fundo Estadual de Combate ao Câncer
Fundo Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Instituto Maranhense de Estudos Sócioeconômico e Cartográfico
Secretaria de Estado de Indústria e Comércio
Junta Comercial do Estado do Maranhão
Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão
Empresa Maranhense de Administração Portuária
Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial do Maranhão
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Maranhão
Universidade Est. da Região Tocantina do MA
Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Secretaria de Estado do Esporte e Lazer

Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária

Secretaria de Estado da Mulher

Secretaria de Estado da Infraestrutura

Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana

Fundo Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana

Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão

Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor

Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor

Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

Fundo Penitenciário Estadual

Secretaria de Estado de Minas e Energia



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

Secretaria de Estado da Gestão e Previdência
Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão
Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria
Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos
Encargos Gerais do Estado
Secretaria de Estado da Agricultura Familiar
Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
Agencia Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão

3.2 - Relação Nominal de Órgãos criados ou transformados através de reformas administrativas no decorrer de 2018.

580112 - NUCLEO ASSISTENCIA SERV. PUBLICOS
ESTADO MA

4 - Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações

No decorrer de 2018 não foram feitas reformas administrativas:



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

5 - Base de Preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Delegada 17 de 1969, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidadas, porém sem excluir as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, denominadas “intra”.

As demonstrações contábeis apresentadas têm como referência o mês de DEZ/18. Até 2015, as demonstrações contábeis eram apresentadas tendo como referência o mês 13 (encerramento), em decorrência desse mês ter valores divergentes de DEZ, em razão das baixas de restos a pagar do exercício anterior e da inscrição dos restos a pagar não processados do exercício, com reflexo patrimonial. A partir de 2016 não há mais divergência entre o mês 13 e DEZ, pois a baixa dos restos a pagar passou a ser feita no mês de DEZ e também devido à inscrição dos restos a pagar não processados ter deixado de ter reflexo patrimonial a partir de 2015, conforme legislação vigente.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

5.1 Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

A Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de padronizar os procedimentos contábeis no âmbito da federação sob a mesma base conceitual, a qual busca assegurar o reconhecimento, a mensuração, a avaliação e a evidenciação de todos os elementos que integram o patrimônio público, para isso publica regularmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. O Manual, de observância obrigatória para todos os entes da Federação, que é alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP e das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – IPSAS e está de acordo com a legislação que dá embasamento à contabilidade patrimonial no setor público e à normatização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público por parte da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Federal de Contabilidade.

II - editar normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e Plano de Contas Nacional, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os pronunciamentos da IFAC e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas ao setor público;

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS) teve como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida pelo Ministério da Fazenda em 25 de agosto de 2008, que ficou conhecida como a “Portaria da Convergência”. Foi essa portaria que determinou à STN o desenvolvimento de ações no sentido de promover a convergência.

Todo o processo de convergência foi alicerçado com a implantação de um plano de contas único para a Federação (PCASP) pela uniformização de procedimentos contábeis orçamentários



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

(PCOs) e específicos (PCEs) e pela implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

O Estado do Maranhão vem trabalhando arduamente no sentido de acompanhar todo o processo de convergência e nesse sentido implantou o PCASP e as DCASP em 2015.

Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços estão concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PIPCPs). O plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência.

Nessa linha, o Estado do Maranhão encontra sérias dificuldades em implantar alguns procedimentos contábeis patrimoniais, principalmente devido à limitação do SIAFEM (sistema de administração financeira, orçamentária e contabilidade) e SIAGEM (sistema de patrimônio) e integração com outros sistemas. Destacam-se, entre as práticas ainda não adotadas, o reconhecimento, pelo regime de competência, dos créditos tributários a receber do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis), o reconhecimento de ativos de infraestrutura, dentre outros.

As normas do CFC convergidas em 2017, mas vigente a partir de 2019, ainda não foram consideradas como práticas contábeis adotadas pelo Governo do Maranhão, tais como:

- - IPSAS 16 (propriedades para investimento)
- - IPSAS 17 (imobilizado)
- - IPSAS 31 (intangível)
- - IPSAS 21 (Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa)
- - IPSAS 26 (Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa)

A seguir, estão os prazos dos PCPs (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) determinados pela Portaria nº 548/2015 e a situação do Estado em relação a esses prazos.

(de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)
-----------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------	----------------------------------------



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

	(até)		
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2011)
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.		
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.		
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.		

Estado do Maranhão a partir do exercício de 2019, tem como desafio a implantação do novo sistema SIGEF (Sistema de Gestão Financeira, Orçamentária e Contábil) com algumas integrações com outros sistemas, que possibilitará o processo de automação de registros contábeis dos procedimentos contábeis patrimoniais e o reconhecimento créditos, passivos, receitas e despesas por competência. A partir da implantação desse sistema, o Governo do Maranhão passará a ter mais condições sistêmica de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais exigidos pela STN. Esse sistema veio para o Governo do Estado através de doação de fontes pelo Estado de Santa Catarina, e é um dos mais conceituados sistema do Brasil na área financeira, orçamentária e contábil, tendo inclusive módulos auxiliares, como: precatórios, dívidas, contratos e outros. Esperamos que a partir do exercício financeiro de 2019 com a implantação do novo sistema SIGEF, possamos de forma mais efetiva, e célere entregar a prestação de contas do estado do Maranhão à Assembleia Legislativa do Estado.

6 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Estado do Maranhão. Todos os saldos estão em unidades de reais.



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

7 Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) os bens do ativo ainda não sofreram reavaliações para implantação da nova sistemática de depreciação, exigida a partir de 2019.

b) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa, foi aplicado o percentual de não recuperação informado pela SEFAZ;

c) os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas, que são revisadas a cada data-base.

f) Desde 2016, os depósitos judiciais são contabilizados em contas de ativo e passivo simultaneamente, e também em conta de Receita Orçamentária “outras receitas de capital”, e são utilizados exclusivamente para pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça.

8 Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram concluídas e em 15/03/2018, para entrega na Assembleia Legislativa, com data limite de 04/04/2019, e demais publicações e divulgações legais.



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

9 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

c) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pré-fixados são ajustados a valor presente.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pós-fixados são ajustados considerando todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são mensuradas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização dos passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor.

e) Investimentos Permanentes



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é feita somente ao final do exercício, após recebimento das informações das empresas.

Das empresas independentes, a única que sofre consolidação total é a CAEMA, por ser a única que contabiliza a execução orçamentária e financeira no SIAFEM. No exercício 2018 a CAEMA constava do orçamento do estado, dessa forma, continuou fazendo parte da consolidação no balanço geral, entretanto, no exercício 2019, a CAEMA deixará de participar do orçamento e de integrar a consolidação do balanço geral, haja vista, apresentar característica de empresa pública independente, recebendo do estado apenas aporte financeiro para investimento.

e) Propriedade para Investimento

As propriedades para investimentos estão mensuradas a valor de custo e representam imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda na EMP.MARANH. ADM.DE REC.HUMANOS E NEG.PUBLICOS.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, não é utilizado um sistema próprio para controle pelo Governo do Maranhão.

g) Intangível



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

h) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

O Governo do Maranhão ainda não realizou sua primeira reavaliação geral de bens, para fins de início dos procedimentos relativos à depreciação.

i) Depreciação, amortização e exaustão

O Governo do Estado do Maranhão ainda não contabiliza a depreciação, amortização e exaustão dos seu bens, devido a limitações do sistema de patrimônio (SIAGEM).

Porém, essas práticas contábeis somente serão exigidas a partir de 2019, conforme Portaria STN 548, que regulamenta o cronograma de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais.

j) Depósitos Judiciais

A partir de 2016, o Governo do Maranhão passou a receber 70% dos depósitos judiciais dos quais é parte nas ações judiciais, amparado pela LC 151/15. A partir de 2017, passou a receber também 75% dos depósitos judiciais em que não é parte nas ações judiciais, amparado pela EC 94/2016. Essas receitas de depósitos judiciais são utilizadas em sua totalidade para pagamento de precatórios pelo Tribunal de Justiça. O Governo do Maranhão procura fazer suas contabilizações dos depósitos judiciais através de roteiro contábil criado a partir de entendimentos técnicos discutidos no grupo de Gestores Financeiros dos Estados – GEFIN e da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF), sendo que a partir do contrato celebrado com



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

base na EC 94/2016, o recebimento e contabilização dos depósitos judiciais passou a ser realizado diretamente pelo Tribunal de Justiça.

k) Custos dos Empréstimos

Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos foram aplicados.

l) Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos em 2017 e não pagos até 31/12/2018 foram cancelados, excetos as reinscrições nos seguintes Órgãos: Sec. Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca, SEFAZ, Sec. de Estado Meio Ambiente Recursos Naturais, Instituto Est. Educ. Cienc. e Tecnologia do Maranhão e Encargos Administrativos . Os pagamentos dessas dívidas canceladas, caso sejam pleiteadas pelo credor, deverão ocorrer no exercício de 2019 à conta de Despesas de Exercícios Anteriores (elemento de despesa 92).

Foi feito reinscrição de restos a pagar processado no valor de R\$ 11.176.025,60, nas unidades gestoras abaixo relacionadas:

130101/00001	1.456.226,40
160101/00001	1.605.757,24
200101/00001	2.783.344,22
240206/24206	4.864.420,23
600103/00001	466.277,51

Foi também reinscrito restos a pagar processado o valor de R\$ 1.244.970,00 na Secretaria de Agricultura Pecuária e Pesca.

Em 2018 foram inscritos o total de R\$ 368.755.998,45 em Restos a Pagar não processados e R\$ 946.509.658,08 em Restos a Pagar Processados.

Os relatórios de restos a pagar por força da IN 26 do TCE, que solicita o saldo dos restos a pagar processado e não processados inscritos em 31 de dezembro, item 1.22.00, individualizado por credor, **valor pago**, saldo e data da assunção, segundo nosso entendimento a citada instrução normatiza ao se referir a valor pago, interpretamos como sendo a inscrição do ano anterior pago no exercício da prestação de contas, ou seja inscrito



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

em 2017 e pago em 2018, pois só existe pagamento de restos a pagar, quando a inscrição se processou no ano anterior.

“1.22.00 - Relação dos restos a pagar, em 31 de dezembro, processados e não Processados, individualizados por:

- a) credor;*
- b) valor pago;*
- c) saldo, e;*
- d) data da assunção do compromisso; ”*

Encaminhamos na prestação de contas do exercício 2018, dois tipos de relatórios, haja vista, esse tema constar no último relatório de Instrução nº20159/2018 UTCEX 1 do TCE, um em novo formato, ou seja, as inscrições dos restos a pagar inscrito em 31 de dezembro de 2017 com pagamento em 2018 e outro onde consta as inscrições dos restos a pagar inscritos em 31 de dezembro de 2018 por credor, cujo pagamento ocorrerá em 2019.

m) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O Maranhão adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

A STN editou em 2017 a IPC 11 sobre a contabilização das retenções, sendo que o Governo do Maranhão já obedecia aos principais procedimentos elencados nessa IPC.

n) Registro da Receita Orçamentária

A política contábil do Maranhão é o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta na unidade gestora que representa o “Tesouro do Estado”. Também têm registro de receita



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

orçamentária os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Estatais Dependentes.

As receitas de fonte 01XX (tesouro) são contabilizadas na unidade gestora do tesouro, e as de fonte 02XX (outras fontes) são contabilizadas na unidade gestora recebedora da receita.

o) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

p) Apuração dos Custos dos Serviços Públicos

O Governo do Maranhão ainda não adotou um sistema para apuração e controle dos custos dos serviços públicos.

q) Renúncia de Receita

Os valores da renúncia de receita não são contabilizados.

Em observância ao artigo 35, I, da Lei Federal nº 4.320/1964, os valores não transitam pelo orçamento, tendo em vista que não percorrem o estágio da arrecadação.

r) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência, às NBCs TSP.

s) Apuração do Resultado



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

10 BALANÇO PATRIMONIAL

Evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública. É estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Destacamos os seguintes pontos sobre o Balanço Patrimonial apresentado:

O Balanço Patrimonial é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação; e
- d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

Conforme o MCASP, o quadro principal do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP.

Segundo a lógica do PCASP, os saldos das contas intragovernamentais são excluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente.

No quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes, os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais, podendo ser detalhados em notas explicativas, a critério do ente.

No quadro das contas de compensação é elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

O quadro do superávit / déficit financeiro é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte / Destinação de Recurso, que podem ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit / déficit financeiro

Resumo do quadro principal do balanço patrimonial exercício 2018:

Ativo	16.213.573.029,13
Ativo Circulante	2.622.293.487,85
Ativo não circulante	13.591.279.541,28
Passivo	42.759.889.352,08
Passivo Circulante	3.362.333.547,61
Passivo não circulante	39.397.555.804,47
Patrimônio líquido	-26.546.316.322,95

Conceitos importantes :

11 Conta Única – Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro.

12 Rede Bancária – Arrecadação

Corresponde ao valor arrecadado pela SEFAZ e ainda não transferido à Conta Única do Estado.

13 Aplicação Financeira – RPPS

Compreende o somatório dos valores aplicados na conta do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS).



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Evidencia as variações quantitativas (VPAs e VPDs), o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964,

“a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

A Demonstração das Variações Patrimoniais será elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público para as variações quantitativas e a classe 6 para as variações qualitativas. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem a situação líquida patrimonial. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar a situação líquida patrimonial.

A seguir, exemplificamos as principais contas que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA).

300000000 Variação patrimonial diminutiva
310000000 Pessoal e encargos
311000000 Remuneração a pessoal
311100000 Remun pessoal ativo civil abrangidos rpps
311110000 Remun pessoal ativo abrangidos rpps consolid
311110100 Venc e vantagens fixas - pessoal civil - rpps



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

311110101 vencimentos e salarios
311110102 adicional noturno
311110103 incorporacoes
:
:
400000000 VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA
410000000 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA
411000000 IMPOSTOS
411100000 IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR
411110000 IMPOSTOS S COMERCIO EXTERIOR-CONSOLIDACAO
411110100 IMPOSTO SOBRE IMPORTACAO
411110200 IMPOSTO SOBRE EXPORTACAO
411119900 OUTRAS TAXAS DE SERVICOS DIVERSOS
411200000 IMPOSTOS SOBRE PATRIMONIO E A RENDA
411210000 IMPOSTOS SOBRE PATRIMONIO E A RENDA-CONSOLIDA
411210100 IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL
411210200 IMP.S/ A PROP.PREDIAL E TERR.URBANA.

14 Resultado Patrimonial

É o resultado patrimonial é a diferença entre o total das variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas, conforme demonstramos abaixo, a variação patrimonial do exercício 2018.

A seguir demonstramos resumidamente as variações patrimoniais do exercício 2018:

VARIACOES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

Variações Patrimoniais Aumentativas	41.216.785.208,35
Variações Patrimoniais Diminutivas	42.181.476.500,65
Resultado Patrimonial do Exercício	-964.691.292,30

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

Permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos,



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

15 Consignações

Os ingressos representam as retenções realizadas sobre os pagamentos, e os desembolsos representam os pagamentos dessas retenções.

16 Caixa e equivalente de caixa inicial e final

São as movimentações ocorridas a debito ou credito nas contas bancarias, ou seja, pagamentos e recebimentos financeiros de recursos.

17 Geração líquida de caixa e equivalente de caixa

Corresponde à soma algébrica dos fluxos operacionais, de investimentos e de financiamentos, e deve ser igual a diferença entre o saldo de caixa final e o saldo de caixa inicial.

Demonstramos abaixo o fluxo de caixa resumido do exercício 2018.

Fluxo Caixa Líquido as Atividades Operacionais	344.931.014,46
Fluxo Caixa Líq das Ativ de Investimento	-1.010.689.657,60
Fluxo Caixa Líq das Ativ de Financiamento	257.147.116,15
Geração Líq. De Caixa E Equiv. De Caixa	-408.611.526,99
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	2.326.097.743,74
Caixa e Equivalente de Caixa Final	1.917.486.216,75

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, e demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Resumo do balanço orçamentário exercício 2018:



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

Receitas orçamentárias	Previsão	Execução
Receitas Correntes	20.974.253.139,73	19.091.747.580,90
Receitas de Capital	2.150.588.324,00	830.896.120,43
Deduções da Receita	2.367.408.000,00	2.344.432.738,64
Déficit /Superávit	1.170.987.986,88	1.691.317.583,16
Total	20.757.433.463,73	19.269.528.545,85
Despesas orçamentárias	21.928.018.186,61	19.269.528.545,85

18 Receitas orçamentárias

São todos os ingressos que estão consignados no orçamento

19 Despesas orçamentárias

São todas as despesas que estão consignadas no orçamento do estado

20 Superávit financeiro utilizado para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente

Foram abertos créditos adicionais no exercício de 2018 no valor de R\$ 1.170.987.986,88 tendo como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2017, que corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas

21 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário de 2018 foi um déficit de R\$ 1.691.317.583,16, ou seja, as despesas orçamentárias foram superiores às receitas orçamentárias nesse valor.



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstramos a seguir o resumo do balanço financeiro do exercício 2018:

Receita orçamentaria	17.578.210.962,69
Transferência Financeiras Recebidas	17.114.028.696,61
Recebimentos Extra orçamentários	7.421.956.298,84
Saldo de Período Anterior	2.398.601.401,05
Caixa e Equivalente de Caixa	2.326.097.743,74
Depósitos Restituíveis E Valores Vinculados	72.503.657,31
Total Ingressos	44.512.797.359,19
Despesa orçamentaria	19.269.528.545,85
Transferências Financeiras Concedidas	17.114.028.696,61
Pagamentos Extra orçamentários	6.198.436.752,32
Saldo para o exercício seguinte	1.930.803.364,41
Caixa e Equivalente de Caixa	1.917.486.216,75
Depósitos Restituíveis E Valores Vinculados	13.317.147,66
Total Dispendios	44.512.797.359,19

22 Resultado Financeiro

O resultado financeiro demonstrado no Balanço Financeiro foi uma diminuição de R\$ 408.611.981,87 no Caixa e Equivalente de Caixa do ano anterior para o exercício atual, o mesmo que apresenta no fluxo de caixa. No balanço financeiro, além do recurso de caixa também compõem o saldo do período o valor os depósitos restituíveis.

23 Dívida Flutuante

O relatório da dívida flutuante, item 1.12.04, demonstra somente os restos a pagar **processados**, inscrito no final do



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade
Unidade Gestora do Tesouro e Contabilidade

exercício. Essa nova metodologia foi necessária para que o citado demonstrativo apresente o mesmo saldo do passivo circulante do balanço patrimonial, haja vista que pela nova contabilização os restos a pagar não processado não constam mais do passivo circulante do balanço patrimonial, por representarem apenas contas de controle, nas contas 631510000 e 531100000

24 Dívida Ativa

As estimativas utilizadas para os ajustes das inscrições de dívida ativa e suas prováveis perdas, são procedimentos e metodologias utilizadas especificamente pela Secretaria da Fazenda, entretanto, o Estado do Maranhão consta no Ranking dos estados que mais recuperam dívida ativa com um percentual de 1,80%, com o valor provável de R\$ 96.875.417,99 de recuperação.

25 Eventos Subsequentes

Até fechamento do Balanço não ficamos sabendo de evento subsequente.

Tania Regina Gonçalves Silva

Gestora do Sistema do Tesouro e Contabilidade

Leonardo de Brito Aquino Soares

Superintendente de Contabilidade